

RESUMO

O presente artigo propõe uma discussão sobre a política nacional da Educação Infantil e os limites do atendimento da criança pequena em Cuiabá através das atividades do Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar da UNIC, entre os anos de 1993 a 1995.

As análises conclusivas revelam que a educação infantil, em Cuiabá, vem sendo desenvolvida pelo recorte da cisão entre assistência e a educação, onde o primeiro é mais evidenciado que o último. Como posicionamento frente à problemática, propõe-se uma ação integrada entre universidade e entidades do setor, no sentido de fortalecer a formação do profissional de creche e implantar políticas públicas voltadas para a assistência e educação da criança pequena.

ABSTRACT

The present article proposes a discussion on the national policies of the Infantile Education and the limits of the small child attendance in Cuiabá. Through the activities of the "Supervised apprenticeship in the Psychology School of UNIC", from 1993 to 1995. The conclusive analysis reveal that the infantile education, where the first is more evidenced that the last one. Thus, the article proposes an action among universities and entities to strengthen the professional's formation and to implant public policies for the 0 to 6 child's attendance and education.

**CARACTERIZAÇÃO DAS CRECHES
ATENDIDAS PELO ESTÁGIO
SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA
ESCOLAR DA UNIC**

Um paralelo com a Política de Educação Infantil*

*Daniela Barros da Silva Freire Andrade***

Colaboradores: Adriana Quiles, Ana Josefa da Costa, Cristiane Penteado, Erla G. da Silva, Erluce Varanda, Gisele de Oliveira, Geralda Carvalho, Joselita de Figueiredo, Kelly Gatass, Lúcia Misorelli, Wilce Birke.

Acredita-se que a atividade de pesquisa constitui uma das formas de intervenção do psicólogo escolar, podendo através desta experiência realizar a sua práxis, inclusive em espaços profissionais que extrapolam as paredes da unidade escolar. Esta dimensão da pesquisa ganha maior relevância quando se trata da investigação de problemas ainda pouco estudados, como é o caso da Educação Infantil em Mato Grosso. Por esta razão, a pesquisa realizada dedicou-se ao diagnóstico da realidade, a fim de instrumentalizar ações políticas coerentes com os conceitos de saúde e cidadania.

Nesta perspectiva, o presente artigo tem como objetivos caracterizar as creches atendidas pela UNIC e discutir sobre a política nacional de Educação Infantil, traçando um paralelo entre a realidade do cotidiano das creches e o ideal posto nesta política.

Nos últimos três anos, a UNIC, através do Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar e do serviço de creches,

* Reimpresso por questões de ordem técnica.

** Mestre em Psicologia Social pela Universidade Gama Filho/RJ. Supervisora do Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar da UNIC/1994.

vem desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão que permitem a elaboração de hipóteses acerca da realidade da Educação Infantil em Cuiabá. A apresentação das análises realizadas neste trabalho para a apreciação da comunidade tornou-se imperiosa uma vez que a resolução da problemática só poderá se efetivar a partir da articulação de vários segmentos sociais.

As discussões aqui desenvolvidas enfatizarão inicialmente as diretrizes para a Educação Infantil elaboradas pelo MEC e a situação de Mato Grosso no cenário nacional, em seguida abordará a caracterização das creches atendidas pela UNIC, finalizando com as análises conclusivas em que serão apontadas as possíveis ações concretas na área de atendimento às crianças de 0 a 6 anos em Cuiabá.

A partir de um recorte das unidades atuantes em Cuiabá, 5 (cinco) creches foram selecionadas para compor a amostra pesquisada – 3(três) públicas e 2(duas) filantrópicas.

As creches que participaram deste estudo foram:

- a- Creche Municipal Espaço Livre,
- b- Creche Municipal Lucila F. Fortes,
- c- Creche Municipal Santa Inês,
- d- Creche São Francisco de Assis,
- e- Creche São Francisco de Assis IV, também denominada Coração Materno.

Nos quadros demonstrativos dos dados constantes deste trabalho, estas creches aparecem identificadas como: a,b,c,d,e, respectivamente.

A população total atendida pelas 5(cinco) creches foi de 697 crianças ao ano.

Como instrumento de coleta de dados, foram utilizadas fichas de inscrição e identificação da criança e sua família, bem como as pastas de registros profissionais dos funcionários. Nas creches onde não foram encontrados tais instrumentos, a elaboração e aplicação destes foram realizadas pelas estagiárias de Psicologia.

As observações no cotidiano das creches, efetuadas ao longo dos últimos 3(três) anos, em especial entre abril e junho de 1995, auxiliaram a análise de aspectos como: a concepção de creche, as características do serviço prestado, o perfil da família-usuária e do funcionário.

A relação entre os atores sociais envolvidos com a creche foi observada, porém, considera-se que tal temática merece especial atenção e que extrapola a proposta deste artigo.

Os dados numéricos foram analisados a partir do cálculo da percentagem e as análises qualitativas foram desenvolvidas através das discussões nas situações de supervisão de estágio, ocasião em que foram identificados determinantes do que chamamos – “ênfase no cuidar e creche modelo de *Família substituta*”.

Dados oficiais divulgados pelo MEC (1994) e a pesquisa realizada pela instituição “Fé e Alegria”, sobre a realidade crecheira em Cuiabá (1992), serviram como indicadores básicos do delineamento de algumas hipóteses iniciais.

O trabalho partiu da elaboração das seguintes hipóteses: primeira, as famílias usuárias de creche, em sua maioria, provêm de classe baixa, cuja escolaridade é de primeiro grau incompleto e de renda familiar em torno de 1(um) salário mínimo; segunda, os funcionários de creche não possuem formação adequada e trabalham em condições precárias de infra-estrutura; a terceira hipótese refere-se à concepção de creche compartilhada pelas instituições voltadas para a ênfase no cuidar, exercendo o papel de família-substituta”.

Historicamente, como vem sendo apontado pelas pesquisadoras CIVILETTI(1988) e HADDAD(1991), a prática da creche tem-se dedicado ao modelo de mãe-substituta, acreditando que o objetivo desta implica no cuidado compensatório às crianças, cujas mães trabalham fora de casa. Neste sentido, o “cuidar” ocupa a principal tônica no trabalho cotidiano.

Considera-se creche com ênfase no cuidar, a instituição que apresenta uma alta razão adulto/criança e não possui uma proposta psicopedagógica, além de não considerar as necessidades de expressão lúdica da criança e possuir um quadro de funcionários cuja formação não corresponde às necessidades do trabalho junto à criança pequena.

Embora a tendência tenha sido confirmada, algumas variáveis foram detectadas como determinantes das diferenças do perfil dos funcionários e da infra-estrutura entre as creches, como por exemplo, localização da creche, tempo de fundação e nível de escolaridade das famílias – usuárias.

A identidade da creche fortemente voltada para a concepção de “depósito de crianças”, a inexistência de programa de formação e atualização do seu profissional, somados a não elaboração de plano de carreira e, sobretudo, de uma política para a Educação Infantil, ao longo das últimas décadas, denunciam a desvalorização da instituição creche, de seus profissionais e das crianças de 0 a 6 anos neste país.

Com o Plano Decenal de Educação para todos (1994), surgem algumas possibilidades de superação, embora, atualmente, ameaçadas pela aparente indiferença do atual Ministério da Educação a respeito dos documentos e diretrizes elaborados naquele período.

Através do documento publicado pelo MEC, “Educação Infantil no Brasil: Situação Atual” (1994), os estudiosos e trabalhadores de creches e pré-escolas tiveram acesso aos dados estatísticos referentes a 1991 sobre o atendimento sócio-educativo à criança de 0 a 6 anos no Brasil. Cabe ressaltar que, em especial, os dados sobre o atendimento de crianças entre 0 a 3 anos revelam-se seriamente prejudicados pela falta de sistematização dos mesmos no que diz respeito ao trabalho de creches.

Apesar de precárias, as informações oficiais sobre a Educação Infantil espelham a realidade da pré-escola no que diz respeito aos estabelecimentos devidamente registrados.

As informações sobre creche vem sendo reivindicadas, na medida que se tornam imprescindíveis os dados sobre as crianças brasileiras para efeito de pesquisa e elaboração de políticas públicas e programas de atendimento.

Observou-se que, a partir da elaboração da Política Nacional de Educação Infantil, realizada através de constantes debates entre o MEC, ONGS, Universidades, Fundações e Secretarias Municipais e Estaduais, por ocasião das discussões do Plano Decenal de Educação para Todos, em 1994, surge uma nova dimensão para o trabalho com creche.

Ao incluir na política nacional de Educação Infantil conteúdos claros sobre uma nova concepção de creche e pré-escola, o MEC, através da Secretaria de Educação Fundamental, acabou por assegurar o que há muito os pesquisadores vinham discutindo, a necessidade de se acrescentar à creche, a dimensão educacional para que sua identidade se diferencie de um "arremedo doméstico", conforme afirma JENSEN(1994) em "estacionamento de criança" (I Simpósio Nacional de Educação Infantil. Anais).

Analisando o documento do MEC, observa-se uma constante preocupação com a integração do "cuidar" e do "educar", sendo estes compreendidos a partir de uma complementação e não-substituição da ação familiar. Questões como currículo, saúde e assistência são apontados como forma de garantir o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança. Como resultado dos debates, assegurou-se, neste documento, que: "os profissionais de Educação Infantil devem ser formados em cursos de nível médio ou superior, que contemplem conteúdos específicos relativos a esta etapa da educação" (Política Nacional de Educação Infantil, MEC, 1994, p.16).

O desdobramento desta diretriz remete-nos à política de recursos humanos que acaba por enfatizar aspectos, tais como: a valorização do profissional, no que diz respeito às condições de trabalho, plano de carreira, remuneração, formação na forma de especialização e atualização dos profis-

sionais. Finalmente, estipula-se para no prazo máximo de 8 (oito) anos, a operacionalização das condições de qualificação dos profissionais para o nível médio, sendo da responsabilidade de cada estado da federação discutir formas de concretização destas diretrizes. No caso específico de Mato Grosso, percebe-se uma ausência de iniciativas significativas em relação as discussões da realidade acerca da creche e pré-escola.

Destaca-se, entretanto, o trabalho de pesquisa de "Fé e Alegria" (1992) e a articulação, de Universidades, creches filantrópicas, comunitárias e municipais de Cuiabá a partir de 1994, de onde resultou a realização do I e II encontros de Educadores de creche de Cuiabá e Várzea Grande, objetivando a criação da Associação Mato-grossense de Creches.

A prolongada inércia por parte das autoridades competentes tem seus reflexos nas baixas taxas de atendimento à criança de 0 a 6 anos. Segundo os dados estatísticos do MEC, em Mato Grosso, a taxa de atendimento é de 5,75%, e em Cuiabá de 13,33%.

A seguir, apresentam-se quadros demonstrativos sobre 5 (cinco) creches conveniadas com a UNIC que nos permitiram analisar aspectos como: o perfil da família-usuária, o perfil do profissional e a correlação entre instâncias administrativas e taxa de atendimento.

Perfil da População-usuária (1995)

A – Faixa Salarial da Mãe

Creche/ fx.salarial	Menos 1 salário	1 salário	Mais 1 salário	Não trabalha	Total
A	----	4%	95,9%	----	100%
B	1%	72%	27%	----	100%
C*	3,25%	56,1%	40,65%	----	100%
D**	----	----	----	----	----
E	----	77%	19%	4%	100%

* Dados referentes à renda familiar encontrados na soma do rendimento dos pais e das mães.

** Dados não-disponíveis.

B – Profissão da Mãe

Creche/Profissão	Doméstica	Outros	Total
A	2,6%	97,4%	100%
B	59,5%	40,5%	100%
C	60,97%	39,03%	100%
D	59,13%	40,87%	100%
E	69,35%	30,64%	100%

C – Escolaridade da Mãe

Creche/ Escolaridade	1.º grau	2.º grau	3.º grau	Sem escolaridade	Sem registro	Total
A	20,4%	46,1%	33,5%	----	----	100%
B	76%	21%	1%	2%	----	100%
C	66,66%	14,65%	0,81%	----	17,88%	100%
D	61,79%	19,28%	0,42%	1,71%	16,73%	100%
E	90,2%	4,8%	----	4,8%	----	100%

**D – Local de Moradia da Família-usuária
com Relação à Creche**

Creche/ Distância	Bairro Próximo	Bairro Distante	Bairro de distância Média	Mesmo Bairro	Não Consta	Total
A	9,2%	76,3%	14,4%	----	----	100%
B	85%	16%	----	----	----	100%
C	50,40%	39,02%	----	----	10,57%	100%
D	11,32%	82,07%	6,13%	0,47%	----	100%
E	25,1%	28,3%	----	46,6%	----	100%

As famílias-usuárias das creches caracterizam-se, em sua maioria, por mães solteiras ou amasiadas, empregadas domésticas e com renda mensal de 1 (um) salário mínimo. A maioria mora distante da creche, com exceção da creche "E" (creche em local de moradia). O nível de escolaridade encontrado nestas famílias é de 1.º grau incompleto.

As 4 (quatro) primeiras creches podem ser classificadas como creches em local de trabalho, uma vez que são centrais e próximas ao trabalho das mães.

A creche "A" destaca-se por atender uma clientela cujas mães possuem um nível de escolaridade diferenciado, na sua maioria, 46,1% possuem o 2º grau e 33,5%, o 3º grau. Ao longo dos anos, o serviço desta creche tem-se aproximado de uma proposta educacional apesar das deficiências enfrentadas pela equipe. A relação creche-família vem compondo-se de forma significativamente diferente das demais creches cuja escolaridade dos pais é menor. Nestas últimas, o aspecto assistencialista é mais enfatizado.

Perfil dos Profissionais

A – Escolaridade dos Profissionais (1995)

Creche/ Escolaridade	1.º grau In. 1.º grau C.	2.º grau In. 2.º grau C.	3.º grau In. 3.º grau C.	Sem Escolaridade	Não Consta	Total
A	46,8%	34,3%	18,7%	---	---	100%
B	55%	40%	5%	---	---	100%
C	53,2%	36,56%	4,88%	---	4,88%	100%
D	35,38%	49,99%	14,63%	---	---	100%
E	73,65%	21,5%	---	5,26%	---	100%

A formação dos profissionais das creches investigadas parece variar de acordo com as instâncias administrativas. Observa-se que as creches públicas possuem uma concentração de profissionais com formação em nível médio, em torno de 35% e de 1º grau 50%. Este número oscila significativamente nas creches filantrópicas onde se pode detectar uma maior concentração de profissionais com escolaridade correspondente ao 1º grau e, ainda, variações que vão do primário ao 2º grau.

B – Faixa Salarial dos Profissionais(1995)

Creche/ Faixa Salarial	1 salário	1 salário e meio	2 salários	Mais de 3 salários	Não consta	Total
A	68%	18,7%	---	12,5%	---	100%
B*	---	---	---	---	---	---
C	14,63%	63,41%	2,44%	4,88%	14,63%	100%
D*	---	---	---	---	---	---
E	78,94%	15,78%	5,26%	---	---	100%

Dados não-disponíveis

A faixa salarial, bem como a jornada de trabalho, variam de acordo com a instância administrativa. Os profissionais das creches públicas municipais, concursados, cumprem uma jornada de trabalho de 6 horas diárias e recebem de 1 a 1 salário e meio de acordo com a escolaridade e o tempo de serviço. Os cargos de técnico e gerente podem extrapolar três salários.

Já os profissionais das creches filantrópicas, cumprem uma jornada de 8 horas diárias e geralmente recebem 1 salário em quase sua totalidade.

Não foram observadas correlações entre as diferenças salariais e carga-horária de trabalho com a questão da qualidade dos serviços prestados. Acredita-se que outros aspectos mereçam ser analisados como:

- razão adulto/criança, acima da média;
- ênfase da quantidade de atendimento e não na qualidade do mesmo;
- baixa qualificação do profissional;
- baixo valor per capita, o que em tese provoca uma corrida pela quantidade de crianças atendidas.

Instâncias Administrativas e Taxa de Atendimento de Crianças entre 0 a 6 anos.

A – Creches atendidas/1995

Unidade	Instância Administrativa	Tx. Atendimento
02	Particulares filantrópicas	26,68%
03	Públicas municipais	15,49%
População total		697

B – Pesquisa Fé e Alegria/1992

Instância Administrativa	n.º de crianças atendidas	Porcentagem
Particular Filantrópica	2072	57,1%
Públicas	889	24,5%
Comunitárias	668	18,4%
População Total	3629	100%

* FONTE: Pesquisa FÉ E ALEGRIA – 1992

Os estudos realizados pela instituição “Fé e Alegria” apontaram para a tendência das instâncias filantrópicas em atender um maior índice de crianças no município de Cuiabá e Várzea Grande. Em uma pequena amostra desta mesma realidade, constatou-se no presente estudo que, em um universo de 697 crianças, 26,6% são atendidas por 2 creches filantrópicas e 15,49% por 3 creches públicas municipais. Estes dados revelam que a instância municipal possui uma maior taxa de atendimento à criança de 0 a 6 anos, quando considerados os atendimentos das ONGs que praticamente duplicam o índice de atendimento das creches públicas municipais em Cuiabá.

Essa tendência também se confirma nas análises do MEC com relação à realidade nacional neste caso, 1.711.299 crianças são atendidas pelos municípios, 872.611 pela esfera estadual e 15.058 pela federal.

Quanto à formação do profissional de creche, o que se evidência é uma não-correspondência entre a taxa de atendimento e o nível de qualificação profissional. Esta incoerência surge em todas as instâncias administrativas.

No levantamento do MEC, conclui-se que, quanto menor for a taxa de atendimento, melhor é a qualificação do profissional. Sendo assim, a esfera estadual conta com 68,49 % dos profissionais com 2º grau e 23,11% com 3º grau. Já o município que atende 156.706 crianças a mais, conta com 56,34% dos profissionais com 2º grau, e uma tendência ao aumento de profissionais com escolaridade correspondente ao 1º grau (26,41%). O município também

sustenta um índice de escolaridade em 3.º grau inferior à esfera estadual (17,25%).

Tais dados são, como lembra o documento do MEC, relativos à realidade da pré-escola. Acredita-se que, com relação à creche, os dados sejam mais alarmantes em função da ausência de políticas que regulamentem as atividades e os critérios de funcionamento desta instituição. Além disso, em vários municípios brasileiros, a creche ainda não é concebida como uma instância da Educação Infantil, mas, sim, como modalidade de assistência social. Este entendimento vem explicar a baixa escolaridade verificada entre os profissionais de creche e a despreocupação com a formação dos mesmos.

Em Cuiabá, a Secretaria Municipal do Bem-Estar realizou concurso público e selecionou profissionais com 2º grau para ocuparem o cargo de ADI (auxiliar do desenvolvimento infantil). Não obstante, a formação em magistério não foi considerada no processo de seleção.

As creches filantrópicas possuem um quadro bastante diferenciado. Geralmente o perfil do profissional de creche varia de acordo com o conceito de creche elaborado pela direção.

Percebe-se que creches que enfatizam o "Cuidar" não se preocupam com a escolaridade e, também, com a capacitação do trabalhador. Outras, já preocupadas com a função educativa, buscam o profissional de magistério e, ainda outras, enfatizam a alfabetização, como sinônimo de educação e procuram oferecer o profissional de magistério apenas às crianças de 6 anos, com o objetivo de prepará-las para o acesso à escola.

Os dados colhidos nas 5 (cinco) creches conveniadas com a UNIC evidenciaram que, nas creches públicas, a escolaridade dos profissionais concentra-se em 1º e 2º graus. Não foram feitas distinção entre os cargos, no entanto, é comum o funcionário com 2º grau ser o responsável direto pelas crianças.

Percebeu-se ainda uma outra correlação implícita nos dados. Dependendo do perfil da clientela (escolaridade, profissão), o quadro dos profissionais sofre alteração quanto à escolaridade. Neste sentido, na creche onde a escolaridade da família-usuária é maior, a escolaridade dos funcionários também o é. Já nas creches filantrópicas, o nível de escolaridade se estabelece sob outros critérios. A correlação aqui estabelecida se dá pela localização da creche e o tempo de existência desta.

A creche mais antiga e mais bem localizada (centro da cidade) possui um quadro de profissionais com formação de nível médio completo e incompleto com uma relativa concentração no 1º e 3º graus. Por outro lado, na última creche, mais nova e de localização periférica, o nível de escolaridade resume-se ao 1º grau incompleto, uma baixa taxa de 2º grau incompleto e também ausência de escolaridade.

O salário e a jornada de trabalho diferenciam significativamente entre as creches públicas e filantrópicas. A primeira estabelece uma jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias e nível salarial que varia de 1 salário a 1 salário e meio, de acordo com o tempo de serviço e escolaridade.

Nas creches filantrópicas, a jornada de trabalho é de 8 horas/dia e a média salarial é de 1 salário mínimo.

Finalmente após correlacionar algumas variáveis no contexto de creche, conclui-se que:

As famílias-usuárias, caracterizadas como sendo, em sua maioria de mãe empregada doméstica, com escolaridade de 1º grau incompleto, com renda média de 1 salário mínimo, e domiciliada geralmente em bairros distantes da creche, não encontram na maioria destas, um atendimento voltado para o aspecto formativo, mas sim, um serviço dedicado à guarda e manutenção da criança em seus aspectos elementares.

Indubitalmente não será apenas o aumento da escolaridade do profissional que assegurará a qualidade do serviço prestado, outras variáveis, ainda por serem estuda-

das, influenciam neste processo; como por exemplo, a razão educador/criança, a concepção de creche, a relação creche-família, a concepção de criança e rotina, entre outras.

As coordenadorias e gerências das 5 creches parecem reconhecer de uma forma ou de outra, o aspecto do “Educar” em consonância com o “Cuidar”, porém enfrentam sérios dilemas que as afastam deste propósito.

Destacam-se aqui algumas possíveis causas responsáveis pelas incoerências entre o real e o ideal na realidade da creche:

- 1º) ausência de uma formação específica do profissional em função da inexistência de uma política de recursos humanos sólida e competente que amenize as limitações do ponto de vista salarial e da orientação técnica;
- 2º) alta rotatividade do profissional, especialmente nas creches conveniadas, o que dificulta os avanços das experiências com a capacitação em serviço;
- 3º) baixos salários combinados com o não-reconhecimento social do profissional;
- 4º) forte identificação deste profissional com a função doméstica da babá, muitas vezes reforçada pelas falas da direção da creche e das mães-usuárias;
- 5º) a ausência de uma representação social positiva do trabalho e do lugar onde ele se dá.
- 6º) limitadas condições de trabalho traduzidas pela fragilidade da infra-estrutura que a creche possui, visível em muitos casos na alta proporção da razão criança-adulto, na expressiva ausência de maternal lúdico e, em situações de crise, ausência inclusive, de alimentação (ameaça diária para muitas creches públicas ou conveniadas, em especial as periféricas).

Com estas condições reais de funcionamento, a creche acaba por fragilizar-se perante qualquer proposta de superação da prática assistencialista.

Pensando exatamente nesta superação é que se afirma a necessidade da creche tornar-se tema de debates sistemáticos entre a sociedade, os trabalhadores do setor e os segmentos oficiais, responsáveis pela coordenação, estruturação a execução de uma política estadual e municipal à infância.

Torna-se urgente que, tanto os Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente em conjunto com os órgãos oficiais, especialmente: Secretaria Municipal de Educação de Mato Grosso, PROSOL (Fundação de Promoção Social de Mato Grosso) e Secretaria Municipal do Bem-Estar Social de Cuiabá, possam elaborar e operar propostas significativas para creches, considerando debates e análise diagnóstica da realidade com os trabalhadores do setor.

A determinação e a vontade política são pré-requisitos fundamentais para a superação e iniciativa de novas ações; podendo estas se dar no coletivo das análises e ações.

Como apontado por Fúlvia Rosemberg, em sua conferência no I Simpósio Nacional de Educação Infantil – 1994, podemos observar o modelo tradicional de creche como aquela que, sendo pública ou conveniada, funciona como se fosse um cartão-de-visita, onde as regras são autoritárias e o seu espaço físico pensado para o visitante e não para o processo educativo. São creches geralmente preocupadas com a extensão da oferta para engrossar as estatísticas e o “per capita”.

A concepção tradicional de creche também está presente nos objetivos eleitoreiros muito comuns em casos visíveis de apadrinhamentos e nas construções de prédios como forma de “marca” de uma gestão ou promessa política, mesmo sem reflexos concretos, considerando os exemplos de creches construídas e depois depredadas ou abandonadas por total falta de infra-estrutura para o seu funcionamento. Iniciativas como estas são principais responsáveis pela criação e proliferação dos chamados “depósitos de criança”.

É preciso que as Universidades percebam com mais veemência a necessidade de uma ação conjunta para o fortalecimento da Educação Infantil. Alguns registros na direção da pesquisa e extensão vêm sendo enfatizados por outras instituições brasileiras, como possibilidades de contribuições efetivas.

Várias experiências voltadas para a participação das Universidades na formação do profissional de creche vem se firmando seja no âmbito da atualização, especialização, dentre outros.

A pesquisa constitui-se de relevante importância uma vez que se torna imperioso o conhecimento das peculiaridades da infância e da família mato-grossense para, enfim, elaborar propostas que atendam, mais expressivamente questões como: as infâncias rural e urbana, o processo migratório, os fenômenos de grilos de terras e indústria destes grilos, dentre outros.

Para que possamos responder a pergunta: Que creche queremos? É preciso que saibamos do que a infância mato-grossense necessita e o que o Estado pode efetivamente fazer para atendê-la dignamente, conforme o previsto na Constituição Brasileira e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Se Mato Grosso não quiser sustentar por mais tempo o título de uma das mais baixas taxas de atendimento à criança de 0 a 6 anos no panorama nacional, é necessária uma ação imediata no sentido da investigação diagnóstica do planejamento e execução deste, visando sobretudo, a qualidade do serviço oferecido.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988, Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. SEF/DPE/Coordenação Geral de Educação Infantil. **Educação Infantil no Brasil**, Situação Atual, Brasília, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. SEF/DPE/Coordenação Geral de Educação Infantil. **Educação Infantil no Brasil, Política Nacional e de Educação Infantil**, Brasília, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. SEF/DPE/Coordenação Geral de Educação Infantil. **Por uma Política de Formação do Profissional de Educação Infantil**, Brasília, 1994.
- CIVILETTI. Maria Vitória P. A creche e o nascimento de uma nova maternidade, **Dissertação de Mestrado**, F.G.V, Rio de Janeiro, 1988.
- FÉ E ALEGRIA. **Pesquisa sobre a realidade crecheira de Cuiabá e Várzea Grande**, Cuiabá, 1992.
- HADDAD. Lenira. **A creche em busca de identidade**, São Paulo, Loyola, 1991.
- JENSEN. Jytte Juul. Educação Infantil na comunidade européia, In: **Simpósio Nacional de Educação Infantil, 1. Anais**. Brasília: MEC/SEF/DPE/Coordenação Geral de Educação Infantil, 1994.
- ROSEMBERG. Fúlvia. Qualidade na Educação Infantil uma perspectiva internacional. In: **Simpósio Nacional de Educação Infantil, 1. Anais**. Brasília MEC/SEF/DPE/Coordenação de Educação Infantil, 1994.